

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE HISTÓRIA**

**JUNIOR CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES**

**OS DISCURSOS SOBRE A ERA VARGAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

**CRICIÚMA  
2015**

**JUNIOR CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES**

**OS DISCURSOS SOBRE A ERA VARGAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciado em História no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves

**CRICIÚMA**  
**2015**

**JUNIOR CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES**

**OS DISCURSOS SOBRE A ERA VARGAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciando em História, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, com Linha de Pesquisa em História da Educação.

Criciúma, 30 de Novembro de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves - (UNESC) - Orientador

Prof. Tiago da Silva Coelho - Mestre - (UNESC)

Prof. Carlos dos Passos Matias - Mestre - (UNESC)

Dedico aos meus pais e ao meu orientador, que me apoiaram e me auxiliaram durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pela força e por todas as oportunidades e possibilidades a mim proporcionadas para que fosse possível realizar as conquistas até este momento.

Aos meus pais, Roslei de Oliveira Lopes e Juliano César Lopes, os grandes responsáveis pelo início da jornada e pelo incentivo para a superação das dificuldades encontradas ao longo da caminhada.

A todos os meus amigos e colegas, que estiveram esse tempo todo ao meu lado, lutando pelo mesmo ideal, concluir com sucesso o curso de História.

Aos meus professores que apoiaram e me ajudaram com seus conselhos e, ao mesmo tempo, passando-nos seus conhecimentos.

E em especial, meu agradecimento ao orientador Ismael Gonçalves Alves, que esteve nesse período me orientando e fortalecendo mais e mais meu trabalho de pesquisa.

**“A sabedoria consiste em compreender que o tempo dedicado ao trabalho nunca é perdido”**

**Ralph Wlodo Emerson**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal destacar o processo de distribuição do livro didático da rede de educação de ensino público do município de Criciúma, e as leis que regem este processo. Além de analisar o livro didático enquanto material apoio nas salas de aula, pois sabemos que o mesmo apresenta o conteúdo de forma fragmentada, muitas vezes suscetível a erros de informação. Em outro ponto, se faz a análise do conteúdo referente à Era Vargas, no qual observamos cada livro didático apresentado neste trabalho e destacamos como o conteúdo é abordado, tendo como preocupação a maneira em que o conteúdo é exposto para os educandos, tanto na forma quantitativa como qualitativa, pois, para um amplo desenvolvimento de ensino-aprendizagem se faz necessário que os educandos possam ter em sala de aula matérias de qualidade e com uma vasta quantidade de métodos educacionais.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Era Vargas. Estado Novo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CLT	Consolidação das Leis trabalhistas
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Livro Estudar História.....	18
Figura 2 – Livro Perspectiva Histórica.....	19
Figura 3 – Livro Jornada.hist.....	19
Figura 4 – Livro Projeto Araribá História .....	20
Figura 5 – Vontade de saber História .....	21
Figura 6 – Desfile Escolar .....	24
Figura 7 – Getúlio Vargas – Pronunciamento em 1937 .....	27
Figura 8 – Desfile Cívico .....	33
Figura 9 – Getúlio Vargas e concentração trabalhista.....	35

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E USOS NO COTIDIANO ESCOLAR</b> .....	12
2.1 PNLD: PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO .....	12
2.2 LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL DE APOIO .....	14
<b>3 A ERA VARGAS NOS LIVROS ESCOLARES: UMA ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO</b> .....	22
3.1 ESTADO NOVO: DITADURA, GOLPE E REVOLUÇÃO.....	22
3.2 IMAGENS DE GETÚLIO VARGAS .....	28
3.3 TRABALHISMO NA ERA VARGAS .....	31
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura contribuir com os estudos que articulam a temática educação, a fim de promover uma reflexão em torno da importância do livro didático como material de apoio na sala de aula. A razão que nos leva à reflexão sobre a temática do livro didático, sua produção e distribuição no ambiente escolar de ensino público, é poder contribuir para ampliação dos saberes em torno do livro didático. Além de analisar todo o seu processo de distribuição e as políticas públicas que a amparam e sustentam.

Para ampliar as análises sobre os usos do livro didáticos, buscaremos também entender algumas leis que visam a distribuição desse material, tais como: Ministério da Educação (MEC), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros fatores que contribuem para sua distribuição.

Para desenvolver uma análise crítica a respeito desta temática, utilizou-se a bibliografia de autores como: Maria Raquel Apolinário (2010), Circe Maria Fernandes Bittencourt (2011), Patrícia Ramos Braick (2011), Maria Celina D'Araujo (1997), Boris Fausto (2006), Marieta de Moraes Ferreira (2008), Tizuko Morchida Kishimoto (1999), Marisa Lajolo (1996), Renato Mocellin e Rosiane de Camargo (2012), Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez (2008), Lúcia Lippi Oliveira; Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes (1982), Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz (2012), Marco César Pellegrini; Adriana Machado Dias e Keila Grinberg (2012), Mauro Carlos Romanatto (2015), José William Vesentini (2007), Maria Amélia Sabbag Zainko (2008), que pesquisaram e trabalham com o livro didático enquanto material de uso escolar.

Contudo, os objetivos que norteiam o presente trabalho pretendem analisar os discursos construídos pelos/as autores/as em torno da chamada “Era Vargas”, buscando entender de que forma tais escritores retratam esse período tão conturbado de nossa história recente. O historiador Roger Chartier (1990 apud CORRÊA, 2000, p. 12) reconhece os livros como veículos de circulação de ideias que traduzem valores e comportamentos. Some-se a isso o fato de que as relações entre livro escolar e escolarização permitem pensar na possibilidade de uma aproximação maior do ponto de vista histórico, visando sempre a aproximação de ideias referentes ao que a escola deveria transmitir/ensinar.

Sendo assim, se faz necessário, e de extrema importância, realizar a análise do material didático por diversos ângulos e olhares, devido a amplitude de assuntos abordado nos livros didáticos e também as diferentes formas de linguagens, lembrando sempre que o livro

didático não deve ser utilizado como único e exclusivo recurso didático.

No decorrer desta pesquisa pode-se notar a importância de discutir as questões da Era Vargas presente nos livros didáticos, pois se trata de um recurso amplamente utilizado no ambiente escolar, o qual carrega consigo representações de um governo polêmico, porém, muito importante para a construção do conhecimento de cada educando/a. Este trabalho tem em seu processo análise realizada em 05 livros didáticos da rede de Ensino Fundamental Pública do município de Criciúma, Santa Catarina.

Os livros selecionados para realizar este trabalho foram disponibilizados para o último processo de escolha dos livros didáticos referentes ao nono ano do Ensino Fundamental, os livros selecionados foram: Estudar História: Das origens do homem à era digital (BRAICK, 2011); Jornadas.hist (PANAZZO; VAZ, 2012); Perspectiva História (MOCELLIN; CAMARGO, 2012); Projeto Araribá História (APOLINÁRIO, 2010) e Vontade de Saber História (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2012).

Esta pesquisa está organizada em dois momentos. No primeiro capítulo, intitulado “O livro didático e seus processos”, busco discutir o processo de distribuição do livro didático e apontar as leis que visam e colaboram com o processo de distribuição na rede pública de ensino, além de abordar também a discussão do livro didático como material de apoio no cotidiano escolar.

O segundo capítulo, intitulado “A Era Vargas nos livros escolares: uma análise do material didático” apresenta uma análise dos livros, no que se diz respeito à Era Vargas, buscando identificar os aspectos do Estado Novo, a imagem de Vargas e também o discurso trabalhista presente no governo de Getúlio Vargas. Por último, apresento minhas considerações finais.

## **2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E USOS NO COTIDIANO ESCOLAR**

### **2.1 PNLD: PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO**

Ao nos dedicarmos a uma pesquisa histórica sobre o livro didático, devemos levar em consideração a principal política estatal que rege sua distribuição e o processo de escolha, o Programa Nacional de Desenvolvimento Nacional do Livro Didático, que, aliado a outras legislações, busca instrumentalizar o educador/a em sala de aula, bem como inserir no cotidiano escolar conteúdos que, até determinados períodos, eram considerados secundários, como por exemplo, a legislação que tornou obrigatório o ensino de culturas afro-brasileiras e indígenas na escola, que por sua vez, obrigou as editoras a reformularem seus materiais didáticos<sup>1</sup>. Desta forma, o livro didático deve ser encarado sempre como um material que foi produzido com a finalidade de, na medida do possível, melhorar, ampliar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem na rede pública de educação.

A preocupação com os livros didáticos em nível oficial, no Brasil, se inicia com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1006. (ROMANATTO, 2009). Contudo, o livro didático passa por um processo de escolha que está regulamentado pelo artigo 208, inciso VII da constituição Federal do Brasil. Segundo as normativas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ligado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), este programa tem por objetivo a distribuição dos livros didáticos nas escolas públicas, além de garantir ao aluno o direito integral à educação.

O PNLD tem como seu principal objetivo gerenciar o processo de distribuição dos objetos de ensino e também monitorar a forma como os educadores utilizam os livros didáticos no ambiente escolar. Além de analisar os materiais didáticos, o estudo deste programa nos permite fazer uma reflexão sobre o processo de popularização do livro didático nas redes públicas de ensino em todo o território nacional, desde a cartilha até o livro que conhecemos hoje e que circula em todas as unidades ensino público da federação.

É importante ressaltar que o PNLD e o FNDE, não são os únicos programas que discutem o livro didático, mas também existem programas e leis como, por exemplo, a lei 9394/96, Plano Nacional da Educação (Lei 10.172/2001), Ministério da Educação (MEC),

---

<sup>1</sup>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), modificada pela Lei nº 10.639 de 2003 e Lei nº 11.645 de 2008, sobre a obrigatoriedade da História e da Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas como conteúdo escolar.

Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e por fim, o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Podemos destacar que cada legislação acima citada tem por objetivo regular o sistema de ensino e proporcionar uma estrutura mínima para seu funcionamento. Desta forma, o PNLD tem como objetivo organizar a distribuição do livro didático, além de assegurar o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para a população. Cabe ressaltar ainda que o PNLD possui uma dinâmica própria, na qual desenvolve estratégias logísticas que garantam o sucesso na distribuição de material didático em todos os Estados da federação.

A lei 9394/96, apontada anteriormente, tem por finalidade consolidar as atribuições do Ministério de Educação (MEC) em âmbito nacional, objetivando regular os diferentes níveis de educação formal: Ensino de Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, cada um com sua função específica diante do programa de formação educacional. Ou seja, o MEC consolidou-se cada vez mais em sua função regulatória e fiscalizatória, tendo sempre como seu princípio manter a qualidade de ensino em todos os níveis escolares, zelando, principalmente, pela educação básica e média, pois essas podem ser consideradas a base formativa do sistema nacional de educação.

O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) é um programa vinculado ao governo federal, e tem como função realizar uma análise em todos os materiais que serão distribuídos como apoio didático nas instituições de Ensino Médio. As diretrizes avaliativas do PNLEM estabelecem um conjunto de conteúdos que determinadas obras devem conter; conteúdos para posteriormente realizar a compra e então a distribuição nas escolas públicas.

Outro programa que analisa e também discute os materiais didáticos é o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Esse programa se faz necessário em virtude da extrema importância do livro didático como instrumento de apoio na alfabetização.

Assim, o estudo do PNLD é de suma importância para a história da educação brasileira, pois devido a sua grande extensão, esta política pública acaba abrangendo todos os estados da Federação, suprindo as escolas de caráter público com material didático necessário e básico para padronização do processo de ensino-aprendizagem que está previsto no artigo 208 da Constituição Federal de 1998. Tal artigo normatiza o atendimento ao aluno no Ensino Fundamental através de Programas suplementares de material didáticos, transporte, alimentação e também assistência à saúde. No entanto, vale lembrar que o processo de chegada do livro didático nas escolas não é muito fácil. Para que tal processo ocorra, se faz

necessário que todos os educadores/as realizem uma minuciosa e comprometida análise dos guias informativos disponibilizados pelo MEC para então realizar as escolhas.

Com a relação à escolha do Livro Didático, o FNDE disponibiliza o chamado Guia de Livros Didáticos, que tem por finalidade oferecer aos educadores um material que auxilie na escolha do livro didático. O documento apresenta dois aspectos que nos oferecem uma maior reflexão: um que se refere as obras que possam aproximar-se da proposta pedagógica da escola, e outro relacionado as expectativas dos educadores (OLIVEIRA, 2001, p. 01).

Após o exposto, podemos afirmar o livro didático como uma importantíssima ferramenta de trabalho que deve complementar a arte de ensinar. Desta forma, em sala de aula o professor tem a função de mediar o conhecimento e a relação entre o educando e o material trabalhado, fazendo com que esse material não se torne ferramenta única de trabalho. Sendo assim, podemos analisar o livro didático e compreender melhor sua finalidade, como discutem alguns autores nesta pesquisa.

## 2.2 LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL DE APOIO

De acordo com Marisa Lajolo (1996, p. 03), o livro didático não deve ser considerado como apenas mais um material a ser explorado no cotidiano escolar, mas sim como um objeto de estudo e pesquisa, pois, este é um “material escolar, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades – fim da escola”.

Sendo assim, o livro didático é um dos objetos que faz parte dos materiais pedagógicos indispensáveis para o bom andamento das atividades escolares. Este material deve ser explorado por meio de um olhar ampliado que busque complementar e alargar suas discussões com o apoio de outros objetos de cunho pedagógico como, por exemplo, jornais, revistas e, quando possível, até mesmo os meios digitais.

Os materiais didáticos tornam-se instrumentos indispensáveis para a realização das tarefas cotidianas do educador e da educadora que consideram o processo de ensino-aprendizagem como algo mais amplo que o mero repasse de informações e o depósito de conteúdo. Desta forma, o livro didático não pode ser tratado como única “fonte de saber”, mas como complemento didático que auxilia o bom desenrolar das aulas. Podemos ressaltar que, assim como outros materiais do contexto escolar, o livro didático também está suscetível a erros de informações e passível de reforçar estereótipos de raça/etnia, classe e gênero, por isso

os educadores e educadoras devem estar constantemente atentos aos discursos contidos nesse material e, sempre que possível, problematizá-lo.

[...] Como sugere o adjetivo *didático*, que qualifica e define certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares (LAJOLO, 1996, p. 4).

Em contrapartida, cada educador deve estar sempre atendo aos diversos materiais disponíveis para uso, não tendo em vista apenas o livro didático como material fidedigno. Pois, de acordo com estudos referentes ao tema, é possível identificar que o livro tem certo peso na metodologia de cada educador, sendo assim, este material tem ligação muito forte com a trajetória de todas as disciplinas escolares. Mesmo sendo um material de suma importância em distintas áreas da educação básica e média, o livro didático, em muitas ocasiões, é utilizado como único material de apoio em sala de aula, levando o educador a se fechar para novos materiais e novas metodologias de trabalho. Segundo Lajolo (1996, p. 5) “a expectativa do livro didático é que, a partir dos textos informativos, das ilustrações, diagramas e tabelas, seja possível a resolução dos exercícios e atividades cuja realização deve favorecer a aprendizagem”. Dessa forma, fica claro que a função do material é auxiliar e não ser única fonte de pesquisa e trabalho.

Embora possamos discutir qual a real função do livro didático, alguns autores ainda insistem na afirmação de que o livro é a única referência para ser trabalhada em sala de aula, dispensando os demais materiais, o que muitas vezes acaba tornando a aula cansativa e monótona. Segundo a afirmação de Vesentini (2007, p. 166), “[...] o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros e das experiências da vida”.

Em outras palavras, Vesentini (2007) afirma que o livro é a uma das principais fontes e instrumento de trabalho e aprendizagem, e que por isso não pode faltar em uma aula. Ao analisar o discurso do autor, podemos constatar que, mesmo que muitos desses materiais apresentam algumas falhas, tornando a aula improdutiva e cansativa para os educandos e educandas, ele ainda é a ferramenta mais viável para alguns educadores/as.

Em muitos materiais didáticos distribuídos atualmente, podemos encontrar inúmeras discussões que abordam os componentes de classe, raça/etnia e gênero, em diferentes módulos ou conteúdos ordinários. No entanto, ao trabalhar com esses temas em sala

de aula, não devemos utilizar somente esses exemplos. Podemos identificar aí uma falha do material didático e cabe ao educador rever esse material e buscar novas fontes para se trabalhar de forma mais inclusiva e plural tais temáticas, deixando claro que a organização das sociedades humana possibilita viver em grupo de diversas formas e que os componentes de raça/etnia, classe e gênero são mutáveis no tempo e no espaço.

O livro escolar está tão presente no cotidiano nacional, que muitos educadores deixam de lado as novas possibilidades tecnológicas quando poderiam fazer uso dessas inovações para complementar suas tarefas cotidianas de ensino-aprendizagem, variando e diversificando seu aparato metodológico. Além de aulas mais produtivas, o educador estaria contribuindo para a disseminação de outras ferramentas, principalmente as digitais, como material de ensino e pesquisa.

Sabemos que trabalhar com material digital em sala de aula ainda é de extrema dificuldade, pois muitas escolas ainda não recebem material para tal acesso. Sendo assim, o livro didático toma frente nas aulas, fazendo-se muitas vezes material principal ignorando suas deficiências. Após o recebimento de computadores e também acesso à internet, os educadores terão, assim, mais uma ferramenta de ensino. Os meios digitais nas escolas devem ser explorados cada vez mais e cabe ao educador auxiliar seus educandos na utilização deste material, pois o mesmo pode nos oferecer muitos benefícios, como fomentar a capacidade e a vontade de pesquisar. Segundo Lajolo (1996), ao analisar a realidade nacional da escola brasileira, “a precaríssima situação educacional faz com que ele [o livro] acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina”. Tendo como base esta afirmação de Lajolo, podemos considerar que o livro escolar é percebido muitas vezes como única verdade ou fonte de pesquisa.

Desta forma, um dos maiores problemas enfrentados na luta da não utilização do livro escolar como única fonte vem se destacando por apontar a forte precariedade de outros materiais de apoio. Segundo João Paulo Teixeira de Oliveira (2001, p. 03):

[...] O livro didático assumiu uma postura perturbadora aos alunos em sala de aula, pois, os mesmos têm dificuldades na compreensão do conteúdo, além de ter tornado as aulas completamente teóricas, levando-as a monotonia, e fazendo com que os professores através deste recurso didático, transformem suas aulas no método mais tradicional possível.

Tendo em vista o livro escolar como material de apoio e não como única ferramenta de pesquisa e ensino, devemos estar atentos para possibilitar distintas formas de

uso de tal material didático, contrariando algumas práticas vigentes, que transformam as aulas em reféns do livro enquanto recurso didático. No Brasil sabemos das dificuldades enfrentadas para aquisição de diferentes materiais pedagógicos, e quando falamos na possibilidade de diversificação dos artefatos educacionais, podemos aferir que em várias regiões de nosso país existem redes de ensino que ainda não possuem livro didático, e quando possuem é de péssima qualidade, devido a estratégias políticas que colocam os interesses pessoais na frente do bem-estar público.

Sendo assim, podemos identificar a dificuldade de se definir o material didático ou o livro didático, pois em muitas aulas o educador não sabe qual a real função do material. A utilização deste livro, se realizada de forma incorreta, pode prejudicar o ensino, além de transformar o que poderia ser algo dinâmico e de fácil apreensão em algo cansativo e monótono para os educandos/as.

Mas é importante lembrar que em muitas redes de ensino público ainda há uma grande falta de livros didáticos, quando tão pouco existe uma demanda para as escolas. Além das dificuldades encontradas no recebimento do material pode-se destacar que também é muito comum encontrar escolas que têm apenas tal material para dar sequência nas aulas. [...] A realidade da maioria das escolas, mostra que o livro didático tem sido praticamente o único instrumento de apoio do professor e que se constitui numa importante fonte de estudo e pesquisa para os estudantes. Assim, faz-se necessário que professores estejam preparados para escolher adequadamente o livro didático a ser utilizado em suas aulas, pois ele será auxiliador na aprendizagem dos estudantes (FRISON, 2009, p. 5).

Ao constatar tal realidade junto às escolas públicas, é possível afirmar que o educador, além de lecionar, deve também analisar o material didático como fonte de ensino e pesquisa. Sendo assim, o professor deve buscar no livro didático as contribuições do material para aula, e não se apropriar da linguagem do material.

Embora professores e estudantes salientem que o livro didático contribui para a aprendizagem dos conteúdos, percebe-se que ele não se restringe apenas aos seus aspectos pedagógicos e suas possíveis influências na aprendizagem e no desempenho dos estudantes. Ele é importante por seu aspecto político e cultural, na medida em que produz valores da sociedade em sua visão de ciência, da história, da interpretação dos fatos e do próprio processo de transmissão do conhecimento (DALLAGNOL et al, 2009, p. 07).

Assim como qualquer outra fonte de pesquisa, é necessário realizar uma análise crítica a fim de não apresentar tal material como uma única fonte fiel da realidade. O livro didático deve ser utilizado sempre como uma base para que o educador possa realizar a mediação do conhecimento e da leitura do material.

Dada a sua importância, o livro didático é um amplo campo de pesquisa. Para entendê-lo, na sua função educacional, sua história e sua presença entrelaçada na vida social brasileira, é necessário considerar diferentes campos de estudo e privilegiar uma diversidade de fontes. Entre as produções existentes, a maioria tem como base a análise do próprio livro e de seus estudos. Os estudos analisam, fundamentalmente, seus discursos textuais e iconográficos, e de que forma difundem conhecimentos científicos atualizados ou ultrapassados. (FERNANDES, 2004, p. 05)

Assim, no decorrer deste trabalho iremos analisar cinco livros disponibilizados na última escolha de livro didático para a Rede Municipal de Ensino da cidade de Criciúma, que contempla o Ensino Fundamental Séries Finais. Ainda com relação à escolha de nossos objetos de análise, esclarecemos nossa opção pelo 9º ano, pois é nesta série que está contemplada a temática geral desta investigação, o trabalhismo na era Era Vargas:

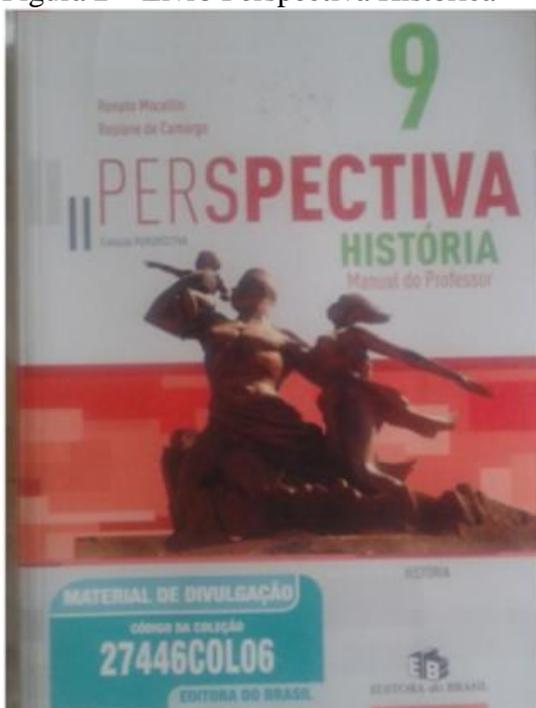
Figura 1 – Livro Estudar História



Fonte: Braick (2011).

Livro 01 - **Estudar História**, das origens do homem à era digital, foi elaborado pela autora Patrícia Ramos Braick. Este material foi produzido pela editora Moderna, no ano de 2011. O livro está dividido em 15 capítulos.

Figura 2 – Livro Perspectiva Histórica



Fonte: Mocellin; Camargo (2012).

Livro 02 - **Perspectiva História** foi elaborado pelos autores Renato Mocellin e Rosiane de Camargo. Este material foi produzido pela editora do Brasil, em 2012. O livro está dividido em quatro unidades, sendo que a primeira unidade é composta por 11 capítulos, a segunda unidade tem 12 capítulos, a terceira unidade conta com 7 capítulos e a quarta unidade é composta por 8 capítulos

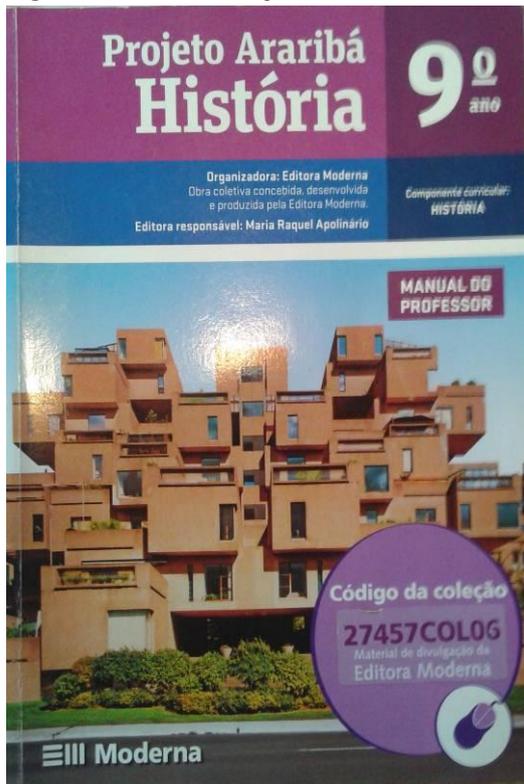
Figura 3 – Livro Jornada.hist



Fonte: Panazzo; Vaz (2012).

Livro 03 - **Jornadas.hist** foi elaborado pelas autoras Maria Luísa Vaz e Silvia Panazzo. Foi produzido pela editora Saraiva, em 2012. Este livro didático está organizado em oito unidades, cada unidade deste material corresponde a uma seleção de conteúdos específicos.

Figura 4 – Livro Projeto Araribá História



Fonte: Apolinário (2010).

Livro 04 - **Projeto Araribá História** foi elaborado pela editora responsável Maria Raquel Apolinário. Esse livro didático foi editado pela Editora Moderna, no ano de 2010. O livro está dividido em 8 capítulos e em cada capítulo comporta uma média de 4 a 6 subtemas.

Figura 5 – Vontade de saber História



Fonte: Pellegrini, Dias e Grinberg, 2011.

Livro 05 – **Vontade de Saber História** foi elaborado pelos autores Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg. Este material foi produzido pela editora FTD, em 2011. O livro está dividido em 4 unidades, sendo que a primeira unidade é composta por 11 capítulos, a segunda unidade tem 12 capítulos, terceira unidade tem 7 e a quarta unidade é composta por 8 capítulos

Apresentados preliminarmente os livros a serem analisados, no próximo capítulo buscaremos realizar uma investigação mais aprofundada sobre seus objetivos, conforme a proposta da editora, identificando se estão de acordo com o documento da área de história. Após estas análises, iniciaremos a problematização do conteúdo relativo à Era Vargas.

### 3 A ERA VARGAS NOS LIVROS ESCOLARES: UMA ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO

#### 3.1 ESTADO NOVO: DITADURA, GOLPE E REVOLUÇÃO

A partir dos materiais selecionados, buscaremos iniciar um estudo dos livros didáticos elencando como tema de análise as narrativas sobre o Estado Novo brasileiro. Nesse período do governo Vargas, iremos destacar as diferentes visões do Estado Novo apresentadas no discurso textual e imagético expostos no livro didático.

No livro didático de Patrícia Ramos Braick, cujo título é *Estudar História: das origens do homem à era digital*, a autora aborda o tema em três parágrafos com o título “O Estado Novo (1937-1945)”. Esta abordagem é feita de forma concisa, apontando que este período histórico é um período de grande expressividade na história nacional, ficando caracterizado pela monopolização tanto da política como da econômica nacional, onde quem concentrava todo o poder era uma única pessoa, o presidente Getúlio Vargas, que não aceitava dividir ou fragmentar seu poder. De acordo com o livro, “diante desse cenário, muitos opositores de Vargas optaram pelo exílio e diversos parlamentares que não concordavam com os rumos políticos do país, foram presos. Por sua vez, a maior parte da população silenciou [...]” (BRAICK, 2011, p. 164).

Nesse período da política brasileira, muitos políticos da oposição optaram pela saída do país devido às perseguições, e os que tentaram manter uma posição contrária ao governo de Vargas acabaram presos. Grande parte da população optou pelo silêncio diante dos fatos, pois a censura estava cada vez mais rígida, e os opositores civis foram alvo de constantes perseguições, criando um clima de hostilidades para aqueles que, de alguma forma, não concordavam com o governo.

Ao contrário do livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, o material didático de Panazzo e Vaz (2012), intitulado *Jornadas.hist*, disponibiliza uma quantidade maior de informações sobre a Era Vargas, tanto no aspecto textual quanto imagético, apresentando assim os diferentes momentos em que Getúlio Vargas apresentava-se como governante do Brasil. No capítulo *O Brasil no Estado Novo*, podemos perceber que o Estado Novo é apresentado como um período de ditadura, no qual, a maior parte do apoio conquistado por Vargas, num primeiro momento, era proveniente de elementos militares de cunho fascista. Nas palavras das autoras:

Com o apoio dos setores militares, a normalidade democrática do país (suspensa desde a repressão a Intentona Comunista de 1935) cedeu lugar a um regime ditatorial, populista e com características marcantes fascistas. Esse regime ficou conhecido como Estado Novo e perdurou até 1945 (PANAZZO; VAZ, 2012, p. 177).

Conforme o destaque acima é possível perceber como as autoras buscaram atrelar o governo do Estado Novo Brasileiro as correntes nazifascistas europeias, buscando reforçar a imagem de que tal governo havia suprimido as liberdades individuais e políticas aos moldes do que vinha acontecendo nos países fascistas. De acordo com as informações contidas no livro didático, pode-se entender que no dia 10 de novembro de 1937 aconteceu um dos maiores golpes da história brasileira.

Foi nesse período que o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, por intermédio da rádio, um dos maiores meios de comunicação da época, anuncia o fechamento do Congresso Nacional e também a aprovação da nova Constituição para o Brasil. Assim como todos os representantes de um país, Vargas não governava o Brasil sozinho, ele contava com inúmeras parcerias em seu governo, e nesse período podemos destacar a figura de Francisco Campos, ministro da Educação e também da Saúde Pública, o mesmo redigiu a constituição anunciada por Vargas, além de ser um dos responsáveis da exaltação de Vargas como um político que tinha como prioridade defender a nação (PANAZZO; VAZ, 2012, p. 177). Ou seja, para as autoras do livro *Jornadas.hist*, além de autoritário, o governo possuía também caráter fascista, estas afirmações baseiam-se na expansão do poder presidencial ratificado pela Constituição fazendo com que os governadores e prefeitos não fossem eleitos pela população, mas sim indicados. Cargos passaram a ser assumidos por interventores e, como se esta ação não bastasse, a censura passou a ser legalizada e justificada, fragilizando ainda mais a imprensa e os já debilitados partidos políticos (PANAZZO; VAZ, 2012, p. 178).

No livro didático de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, destaca-se a dificuldade que a oposição tinha em se manter e se expressar. Muitos membros da oposição nesse momento encontravam-se presos ou exilados, esta ação de repressão aos opositores políticos ganhou maior proporção desde o momento em que se formou um plano de revolta ou uma tentativa de motim, ou seja, a classe opositora teve sérias dificuldades em qualquer tentativa de reação. Segundo Panazzo e Vaz (2012, p. 176), “os membros da oposição, que em parte se encontravam presos ou exilados desde a Intentona Comunista, tiveram dificuldades em reagir ao autoritarismo. A intentona motivou o endurecimento do regime”. Com o pretexto de preservar a nação da “ameaçada comunista”, o presidente decretou sucessivos estados de sítio entre 1935 e 1937, e interrompeu a campanha sucessória.

Foi neste período, considerado por muitos como um governo ditatorial ou militar, que surgiu o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), organizado com a finalidade de acabar ou neutralizar os meios de comunicação e opiniões políticas contrárias ao governo e assegurar a propaganda benéfica em prol do governo varguista.

Durante o Estado Novo foi criado o Departamento de Imprensa (DIP), encarregado assegurar a censura aos meios de comunicação e de realizar propagandas a favor do regime. Com grandes desfiles de caráter cívico nas datas comemorativas, divulgava-se a imagem de Vargas como líder e protetor da nação além de incentivar o patriotismo (PANAZZO; VAZ, 2012, p. 178)

Vargas se posicionava em várias áreas para cativar a população, uma das suas jogadas políticas era proporcionar grandes desfiles em todas as datas comemorativas, com a finalidade de expor a sua imagem como um representante da nação, ou seja, seu objetivo era dar ênfase ao patriotismo. Os desfiles cívicos eram realizados nos locais mais importantes das cidades com a presença de autoridades e de boa parte das instituições escolares, que se utilizavam dessas paradas para demonstrar ao conjunto da população local, o ideário escolar de amor à pátria. A ideologia nacionalista de exaltação à pátria que se dava, via desfiles, ocultava as diversas situações de desigualdades que existiam no interior da sociedade brasileira (STRUJAK; ZANLORENZI, 2012). A Figura 6 apresenta a imagem de um desfile escolar, presente o livro *Jornada.hist*.

Figura 6 – Desfile Escolar



Fonte: (PANAZZO; VAZ, 2012, p. 178)

No livro didático *Perspectiva História*, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, o capítulo destinado ao período Vargas é apresentado com o título: *O Brasil de Vargas*. Nesse capítulo, Vargas é apresentado como um grande político que torna seu governo

um regime ditatorial, onde passa a governar a partir de decretos e leis e também a nomear os interventores. Segundo Mocellin e Camargo (2012, p. 122), “os interventores federais eram pessoas escolhidas pelo presidente da República para assumir os governos dos estados. Nesse caso, quase todos os escolhidos eram ligados ao movimento tenentista”.

Este material didático aborda o tema de forma superficial se comparado aos demais materiais analisados, pois o Estado Novo está destacado em um texto de dois parágrafos, juntamente com o texto que relata o trabalhismo na Era Vargas, além disso, este livro apresenta Getúlio Vargas como um político ditador monopolizador. “Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas procurou centralizar ao máximo o poder em suas mãos e reprimir manifestações ou organizações que contrariassem o seu modo de governar. Por isso pode se considerar o Estado Novo autoritário” (MOCELLIN; CAMARGO, 2012, p. 123).

Neste período do Estado Novo brasileiro (1937-1945), Vargas tinha como principal objetivo centralizar o poder e também estabelecer um sistema de repressão a fim de ludibriar todo e qualquer tipo de manifestação que se opusesse ao seu sistema de governo. Conforme as análises dos historiadores Carlos Guilherme e Adriana Lopez, o sistema de interventores possibilitou a Getúlio Vargas conciliar seu governo com as vontades políticas das elites estaduais.

A centralização, na pessoa do presidente, de todas as decisões, teve como resultado a consolidação de uma ampla reforma administrativa. Os interventores, nomeados pelo presidente para os governos dos estados, controlavam a polícia; e Vargas neles se apoiava [...] (MOTA; LOPEZ, 2008, p. 15).

Devido as suas atitudes durante seu período de governo, muitos passaram a considerar o Estado Novo brasileiro como um governo autoritário.<sup>2</sup> Getúlio Vargas não estava sozinho em sua caminhada, pois teve o apoio de toda a burguesia industrial e também dos latifundiários. De acordo como Mocellin e Camargo, a união de Vargas com seus simpatizantes trouxe inúmeros benefícios econômicos e financeiros, que supostamente levariam o Brasil ao progresso industrial. Nesse livro didático, Vargas é visto como um ditador, porém, em contraponto transmite a imagem de um governante preocupado com o futuro da nação brasileira, ou seja, um nacionalista. Pois, ainda de acordo com Mocellin e Camargo (2012, p. 131), “com a regulamentação da CLT, que se baseava em leis já conquistadas pelos trabalhadores anteriormente, o governo formalizou uma política trabalhista que beneficiava o operariado e ao mesmo tempo o mantinha sob um rígido controle”.

---

<sup>2</sup> Ver: LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986

Ao analisarmos o livro didático *Projeto Araribá História*, organizado pela editora Moderna e pela professora Maria Raquel Apolinário, destacamos que o capítulo dedicado ao conteúdo do período Vargas tem como título *A Era Vargas* e como subtema *A Ditadura do Estado Novo*. Esse material, já no próprio título desvela o pensamento da organizadora sobre o Estado Novo, um o governo marcado pela ditadura e que centralizava as decisões na figura de Vargas. No entanto, ao longo do texto os organizadores constroem uma narrativa, ao que parece, conciliadora, buscando demonstrar que esse período, além de ditatorial e repressivo possibilitou também inúmeras mudanças da economia nacional e algumas conquistas que marcaram o movimento de trabalhadores do Brasil, “como, por exemplo, a organização dos sindicatos, a instituição da justiça do trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas” (APOLINÁRIO, 2010, p.150).

O subtema *A ditadura do Estado Novo* possui um parágrafo introdutório que tem como função dar uma breve explicação para o educando/a do que estava acontecendo no período. Pode-se notar que o texto já aponta inicialmente Vargas como um político dualista, o qual já tem ao seu lado apoio militar. Segundo a autora Apolinário (2010, p. 147), “Getúlio Vargas tinha uma postura dúbia. Publicamente defendia a realização das eleições. No entanto, nos bastidores, preparava um golpe para permanecer no poder. Apoiado pelos militares, só faltava o pretexto para suspender as eleições”.

Em ritmo de eleição para a presidência, em 1937, já se destacavam os candidatos Armando de Salles de Oliveira, paulista e por último é lançada a candidatura de Plínio Salgado, líder integralista. O que os candidatos não esperam era a atitude de Vargas, atitude que mudaria o rumo da política brasileira ao anunciar a continuidade de seu governo. De acordo com a organizadora do material didático Maria Raquel Apolinário (2010, p. 147), um dos principais motivos usados por Getúlio Vargas para manter-se no poder é o Plano de Cohen, o qual não passava de um golpe do então governante.<sup>3</sup> Segundo Maria Raquel Apolinário (2010, p. 147), o Plano de Cohen era um suposto plano comunista elaborado por integralistas para tomar o governo e passou a ser utilizado discursivamente também pelos militares, que estavam unidos na tomada de poder por Vargas.

Desta forma, ancorado no discurso de um suposto golpe comunista no Brasil, o presidente da república brasileira, no dia 10 de novembro de 1937 transmite via rádio a instauração do Estado Novo. Na sequência, deu-se o feito da promulgação de uma nova Constituição, que possuía como principal objetivo dar ainda mais poderes ao então presidente

---

<sup>3</sup> Ver mais: SILVA, Hélio. **A Ameça Vermelha**: o Plano Cohen. Porto Alegre, L&PM, 1980.

Getúlio Vargas, ficando a critério do Executivo Federal aceitar ou não os governadores eleitos, manobra esta que permitia maior governabilidade de Vargas e seus apoiadores.

Afirma Apolinário (2010, p. 147), que pouco tempo depois, as eleições de 1938 foram suspensas, os partidos políticos foram dissolvidos e os governadores dos estados novamente substituídos por interventores.

Getúlio extinguiu os partidos políticos e, durante sete anos, governou em estado de emergência, jogando com a direita e com a esquerda, sem que seus atos fossem julgados por qualquer poder. Durante o Estado Novo, o presidente, chefe do Poder Executivo, concentrou todos os poderes do Estado. Deixaram de existir o Senado e a Câmara dos Deputados (MOTA; LOPEZ, 2008, p. 140).

Durante todo esse período de concentração de poder, o Brasil, pode-se dizer que passou viver um período de ditadura comandado por Getúlio Vargas, sendo essa a narrativa encontrada nos textos do livro didático *Projeto Araribá História*, que definem Getúlio Vargas como um representante da ditadura.

O livro didático *Vontade de Saber História*, dos autores Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg editado pela Editora FTD, traz como título do capítulo *O fim da “República Velha” e a Era Vargas*. O Estado Novo é abordado como o período da ditadura do Brasil, momento de expansão industrial e também a exaltação e garantias dos direitos trabalhistas, mas sem esquecer da repressão política causada pelo governante Vargas.

Figura 7 – Getúlio Vargas – Pronunciamento em 1937



Fonte: Pellegrini; Dias e Grinberg (2012, p. 108).

Na Figura 7, presente no material produzido por Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, podemos observar Getúlio Vargas realizando o seu pronunciamento do dia 10 de novembro de 1937. O ano de 1937 é marcado como ano do golpe, nesse mesmo ano, no dia 10 de novembro, Getúlio Vargas inicia um golpe político com o apoio de seus aliados militares e alguns políticos, que tinham grande influência. Sendo assim, passou a consolidar o Estado Novo. Com o golpe o Brasil, passa a incorporar novas leis e novas regras políticas, dentre as quais, o livro destaca a Polaca ou Constituição de 1937, essa nova constituição se introduz com o objetivo de possibilitar a concentração de poder, tornando as decisões de Vargas cada vez mais fortes e incontestáveis, fazendo com que o governo federal passasse a ser mais decisivo que o poder estadual. De acordo com Pellegrini, Dias e Grinberg, (2012, p. 108) “a Polaca teve inspiração na constituição do governo fascista italiano, o qual causou a proibição das greves, o controle sobre os sindicatos dos trabalhadores e também o nacionalismo econômico”, reforçando a tirania e o poder do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Ao trabalhar com o subtema Estado Novo, nos livros didáticos podemos observar alguns pontos em comum entre os materiais analisados, pois, em sua grande maioria, os textos oferecidos pelos seus respectivos autores têm como objetivo abordar a figura de Vargas como uma figura ambígua, porém inesquecível na história política brasileira. Nas diversas narrativas, Getúlio Vargas é destacado inúmeras vezes como ditador devido a seu governo inspirado no fascismo italiano, mas isso não fez com que se apagasse a imagem de pai dos pobres e trabalhadores. De acordo com as narrativas dos livros didáticos, Vargas traz em seu governo inúmeras situações e momentos polêmicos, no qual parece sempre de maneira altiva e que se utilizando de artimanhas políticas, perpetuou-se no poder.

Por fim, é importante salientar que ao trabalhar com o livro didático, todo educador deve ter cuidado com as discussões oferecidas pelo material. De forma geral, o Estado Novo aparece nos materiais analisados como um período de ditadura e golpes políticos, ora idealizando, ora demonizando a figura política do ex-presidente Getúlio Vargas.

### 3.2 IMAGENS DE GETÚLIO VARGAS

Neste subitem, iremos destacar as diferentes visões no que se refere ao governo e à imagem de Getúlio Vargas enquanto presidente, pois o mesmo é conhecido por ser um político ambíguo, e neste momento temos como objetivo, observar e analisar a figura polêmica de Getúlio Vargas.

Ao analisar o material didático *Estudar História: Das origens do homem à era digital* de Patrícia Ramos Braick, pode-se notar que Getúlio Vargas, ao tomar algumas medidas rígidas em seu governo, passa a ser visto por muitos políticos da oposição como um tirano ditador, esse ponto de vista pode ser totalmente desconstruído quanto se trata da classe trabalhadora. No entanto, em boa parte de sua narrativa, esse livro didático traz Vargas como o herói dos fracos e oprimidos, muitas vezes sendo tratado como pai dos pobres, além de ser um dos presidentes mais polêmicos da história da república.

De acordo com Braick (2011, p. 152), ao longo do tempo em que esteve à frente do executivo nacional, “Vargas ganhou muitos simpatizantes, mas também muitos inimigos. Há aqueles que o consideram um fervoroso nacionalista, progressista e pai dos pobres, enquanto outros tantos o definem como um ditador, intervencionista e amigo das elites”. Em muitos momentos, podemos dizer que além de amigo, Vargas pode ter sido mãe dos ricos e pai dos pobres, pois, atuou e se mostrou preocupado em todas as áreas do governo, desde a educação, direitos trabalhistas até a saúde.

As medidas centralizadoras de Vargas também se estenderam para a educação. Em 1930, Vargas decretou a criação do ministério dos negócios da educação e da saúde pública, que subordinava os sistemas de educação dos estados ao Distrito Federal. Além disso, todos os assuntos relativos à saúde pública e ao atendimento hospitalar do país ficaram sob atribuição desse ministério (BRAICK, 2011, p. 165).

Ao analisar o livro didático *Jornadas.hist* de Maria Luísa Vaz e Silvia Panazzo, pode-se observar que a imagem de Getúlio Vargas é apresentada como um ditador excêntrico, o qual tinha como seu único objetivo conquistar o poder. De acordo com as narrativas presentes no livro didático:

O governo do Estado Novo foi centralizador, concentrou no nível federal a tomada de decisões antes partilhada com os estados, e foi autoritário, centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo. Sua proposição máxima de que só um governo forte torna possível a realização da verdadeira democracia envolve múltiplas interpretações do conceito de democracia (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 10).

Mas, mesmo governando com tanta autoridade e truculência, Vargas ainda ganha o título de defensor dos trabalhadores pela população e por parte da classe política nacional, sua imagem ainda passa a ser vista com bons olhos perante aos trabalhadores/as. A construção dessa imagem demonstra a capacidade de Vargas em transitar livremente entre os diferentes grupos sociais, manipulando e distribuindo entre eles as benesses de seu governo.

Não muito diferente dos demais livros didáticos analisados, o material de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, *Perspectiva História*, apresenta o governo de Vargas como o período da ditadura ou também como governo dos militares, o que levou o país ao fim dos partidos, restrição da imprensa e de manifestações, além da indicação de interventores para a presidência dos estados. Segundo Mocellin e Camargo (2012, p. 122), “assim que tomou posse, Getúlio Vargas aboliu a constituição de 1891 e dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais. Para os estados foram nomeados interventores federais”. Ou seja, nesse livro, a figura de Getúlio Vargas está diretamente ligada ao autoritarismo e a falta de liberdades políticas e individuais, colocando o Brasil no *hall* das nações atrasadas por governos de inspiração nazifascista.

Já o livro didático *Projeto Araribá: História*, que também esteve disponível na última escolha de livros, organizado pela editora e educadora Maria Raquel Apolinário, o governo de Getúlio Vargas é apresentado no capítulo intitulado *A Era Vargas*. Nesse material, o governo de Getúlio é visto como um período marcado pela disputa do poder entre as elites dos estados brasileiros. Além de apresentar a figura de Vargas como um grande político, aponta também suas grandes jogadas políticas, tais como a constituição do Estado Novo, o Plano Cohen e a legislação trabalhista, a qual é tratada como um dos fatores marcantes do seu governo, pois, foi neste período que “criou-se o salário mínimo e foi elaborada a CLT, um conjunto de normas que reuniu conquistas anteriores dos trabalhadores, como a proibição do trabalho para menores de 14 anos” (APOLINÁRIO, 2010, p. 150). Vargas é visto como um ditador, imagem abordada na maioria dos livros analisados para o desenvolvimento deste trabalho, mas, além da figura de ditador, o livro didático aponta inúmeros avanços realizados no seu governo, um de seus grandes feitos foi a industrialização.

Ao analisar o livro didático *Vontade de Saber História*, de Marcos Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, podemos destacar a facilidade de sintetizar o conteúdo, diferente de alguns livros didáticos utilizados para essa pesquisa, nos quais os autores utilizam muito o discurso imagético como complemento dos textos oferecidos no material. Getúlio Vargas ainda é visto como um político ditador, porém, o material tem mais preocupação em trabalhar a imagem do então presidente, mostrando todos os benefícios e malefícios que estavam presentes durante o governo.

Enquanto eram organizadas as campanhas para a sucessão presidencial em 1938, Getúlio Vargas estava fazendo articulações para permanecer no poder. [...] Após o golpe, Vargas fechou o Senado e a Câmara dos Deputados, suspendeu os direitos constitucionais, extinguiu os partidos políticos e outorgou uma nova constituição (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2012, p. 10).

Podemos observar que o material apresenta o governo de Vargas abordando os fatores que marcaram o seu governo de forma simplificada, mantendo o papel didático em sua estrutura.

De maneira geral, o conjunto de materiais didáticos analisados apresenta uma linguagem textual facilitada para que os educandos compreendam o objetivo de Vargas enquanto presidente da república, a fim de estabelecer uma imagem boa e honesta, de um político defensor da nação e do patriotismo. Pois, mesmo diante de inúmeras tentativas de golpes contra seu governo, Vargas manteve-se no poder, realizando e concretizando seus objetivos políticos.

Contudo, podemos destacar a ambiguidade de Vargas perante o poder, pois seu governo pode ser considerado um dos mais importantes para o desenvolvimento do país. Ao trabalhar o conteúdo *Era Vargas*, devemos enfatizar a figura de Vargas, pois, ora sua imagem se passa como um político ditador, o qual ficou conhecido como monopolizador e centralizador de poder, ora como um presidente preocupado com os trabalhadores, com os pobres, sendo intitulado como pai dos pobres ou defensor da nação. Pode-se dizer que Vargas foi um excelente estrategista, devido a manipulação da classe operária, a fim de estabelecer uma boa imagem para sua campanha política.

### 3.3 TRABALHISMO NA ERA VARGAS

Neste item, temos como principal objetivo analisar a figura de Getúlio Vargas em relação ao discurso trabalhista analisado nos livros didáticos disponíveis na última escolha oferecida pela rede de Ensino Fundamental do município de Criciúma, pois foi nesse período em que Vargas mais se destacou diante da classe trabalhista.

Como pudemos observar e destacar, além de ser uma figura marcante e controversa, Getúlio Vargas é considerado não somente como pai, mas também um herói para a classe operária. Ao analisar o discurso trabalhista exposto no livro didático *Estudar História: Das origens do homem à era digital*, de Patrícia Ramos Braick, podemos comparar com a atualidade ao lembrarmos que, ainda hoje em dia, os trabalhadores brasileiros podem contar com benefícios trabalhistas oriundos deste momento da história nacional, como a CLT.

“O conjunto de leis trabalhistas que protegem os trabalhadores é relativamente recente, pois somente em 1943 foi decretada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que unificou a legislação trabalhista existente até então” (BRAICK, 2011, p. 167). Esses prós das leis para os trabalhadores estão concentrados nos direitos de jornada de trabalho máxima de

quarenta e quatro horas (44h) semanais, além disso, hoje os trabalhadores também podem contar com o direito de salário mínimo e registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social). Pode-se dizer que o conjunto de leis que regem os direitos dos trabalhadores, é algo muito recente, pois foi apenas em 1943 que então passou a ser decretada a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), que teve como finalidade unificar a legislação dos direitos trabalhistas existentes até os dias de hoje.

No período que passaram a vigorar as leis trabalhistas, alguns dos direitos assegurados pela CLT foram: férias remuneradas, fixação de um salário mínimo nacional, jornada de trabalho de 8 horas, licença-maternidade de 6 semanas antes e 6 semanas depois do parto e por último, a proibição do trabalho para menores de 14 anos. Por meio da promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, Vargas ganhou maior popularidade e ficou cada vez mais bem visto entre os trabalhadores. Em um discurso exposto nesse material didático, fica clara a forma de admiração imposta por Getúlio Vargas (apud BRAICK, 2011) aos trabalhadores:

Operários do Brasil, [...] o trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome. O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos, [...] desde que o operário seja melhor remunerado poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as [...] condições de mercado interno (BRAICK, 2011, p. 165).

Ao analisarmos seu discurso, podemos observar a devoção ou jogo político ao tratar os trabalhadores como futuros da nação, seres dignos de um salário melhor para poderem se manter, pois cita o trabalhador como peça fundamental para a melhoria do mercado interno. Getúlio Vargas exalta o trabalhador, isto tudo com o objetivo de se aproximar da classe operaria para melhorar sua imagem, fazendo-se passar por um político protetor da nação e amigo da população.

O capítulo do livro *Estudar História: Das origens do homem à era digital*, destinado à Era Vargas, faz inúmeras abordagens, porém todas de forma muito vaga e resumida, não discutindo o trabalhismo e a cultura do trabalho em seu texto.

No livro didático *Jornadas.hist*, de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, o discurso trabalhista no governo Vargas é abordado de forma resumida e muito simplificada, este material aborda a política trabalhista de Getúlio como uma aproximação do presidente com as classes trabalhadoras urbanas, conforme é possível perceber na Figura 8, que está presente no livro didático, provavelmente um desfile de 1º de maio, dia do trabalhador .

Figura 8 – Desfile Cívico



Fonte: Panazzo; Vaz (2012, p. 178).

Esta aproximação com a população operária teve como resultado, em 1940, a criação do salário mínimo, e após 3 anos, em 1943, a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Vargas no Estado Novo buscou inspiração no fascismo italiano e o mesmo se fez com as leis trabalhistas. Segundo Panazzo e Vaz (2012, p. 178), a CLT, para sua elaboração, teve como espelho a Carta del Lavoro, de Mussolini. Essa consolidação teve como objetivo reger as leis trabalhistas, tornando-se o principal meio de regulamentação da relação entre empregado e empregador. No entanto, com a fixação de direitos trabalhistas, surgem novos problemas, pois o governo federal não havia construído uma estrutura burocrática e fiscalizatória para garantir a implementação de tais legislações. “[...] apesar de a legislação trabalhista ser extensa em benefícios, o governo não dispunha de recursos para fiscalizar as fábricas e empresas, a fim de garantir que ela fosse cumprida. Assim, a lei era sistematicamente burlada” (D’ARAÚJO, 1997, p. 83).

Além da maioria de todos os benefícios oferecidos pela lei serem voltados para os funcionários públicos, o que fazia com que muitos trabalhadores brasileiros acabassem ficando, de certa forma, desprotegidos da lei.

De acordo com os autores do livro *Perspectiva: História*, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, a discussão referente ao trabalhismo aparece nesse livro didático de forma fragmentada, pois o texto aborda o trabalhismo apenas em dois parágrafos. Os direitos trabalhistas são abordados como um dos fatores contribuintes para o desenvolvimento do país, num período em que se passou a dar ênfase à justiça do trabalho, a instituição da previdência social, além de garantir e estabelecer o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, juntamente com as férias remuneradas, e também baniu o trabalho de menores de 14 anos.

Com o surgimento da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), surge também a “constituição, que tinha como objetivo principal prever as medidas nacionalistas, tais como o auxílio à proteção das riquezas encontradas no subsolo e também a nacionalização de empresas como os bancos e empreendimentos de seguro” (MOCELLIN; CAMARGO, 2012, p. 130).

Com o surgimento das leis trabalhistas, as grandes empresas passaram a monitorar os trabalhadores com um rígido controle, sendo assim, é importante ressaltar que greves ou qualquer atitude de manifestação estavam proibidas, independente se fosse por parte dos trabalhadores ou de qualquer outro grupo. Foi nesse período de avanços e inovações, que um grande número de trabalhadores de origem rural e muitos sem qualificação, “acabaram por ser atraídos para o meio urbano, sempre em busca de uma melhoria de vida, atraídos pelo grande número de indústrias estabelecidas durante o governo Getúlio Vargas”. Pode-se dizer que foi em meio a esse cenário de evolução trabalhista e industrial que a imagem de Vargas passa a ser transmitida e apresenta como defensor dos trabalhadores o então intitulado pai dos pobres. (MOCELLIN; CAMARGO, 2012, p. 131).

Ao analisar o livro didático *Projeto Araribá: História*, organizado por Maria Raquel Apolinário, podemos identificar as organizações das leis trabalhistas como um fator de extrema importância, ligadas ao amplo desenvolvimento no processo de industrialização do país, pois, de acordo com Apolinário (2010, p. 150), “com a aceleração do desenvolvimento industrial, os trabalhadores urbanos passaram a ser uma das preocupações centrais do Estado Novo”.

Com todo esse processo, os sindicatos sofreram alterações, pois foram divididos por categoria profissional e esses sindicatos passam então a ser totalmente controlados por um poder maior, o Estado. Sendo assim, se fez necessário criar o chamado imposto sindical, o qual está presente até os dias de hoje, e que tem como função repassar para os sindicatos e ao ministério do trabalho o valor equivalente a um dia de trabalho, que era descontado do salário de cada funcionário. Segundo Apolinário (2010, p. 150), “este controle sobre os sindicatos trabalhistas teve o papel e função de alavancar a imagem de Vargas nas propagandas partidárias, [rendendo] ao presidente grande popularidade diante a classe trabalhista”.

Figura 9 – Getúlio Vargas e concentração trabalhista.



Fonte: Livro didático *Perspectiva História*, 2 e.d, ano 2012. p.131

De acordo com Pellegrini, Dias e Grinberg, no livro didático *Vontade de Saber História*, Getúlio Vargas e trabalho estão intimamente ligados, pois o trabalhismo foi uma das peças fundamentais para a grande popularidade de Vargas, “devido a sua política populista, conquistou o apoio das massas, passando a ser chamado de pai dos pobres ou protetor dos trabalhadores” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2012, p. 109).

Com base no material apresentado pelos autores, pode-se afirmar que o período conhecido como Era Vargas foi marcado pela violência física, o controle sobre a classe trabalhadora e seus sindicatos, que, em sua grande maioria, eram controlados pelo Estado ou por pelegos, pessoas que mantinham ligação com o governo. Em contra ponto, o governo passou a adotar medidas que trouxeram inúmeros benefícios para os trabalhadores, como por exemplo, a Consolidação das Leis Trabalhistas; essa Consolidação foi um dos grandes passos rumo a garantias institucionais aos trabalhadores. As leis que beneficiavam os trabalhadores foi apenas um processo de luta dos operários, processo esse que, mais tarde, foi apresentado pelo governo como um benefício cedido pelo Estado Novo, o que causou a crescente popularidade de Getúlio Vargas.

Devido a esta política populista, o então presidente passa a conquistar o apoio e o carisma das classes trabalhadoras e operárias, o que rendeu a Vargas o título de protetor dos trabalhadores. Nos materiais analisados, Vargas passa a conquistar a população em todos os aspectos, como por exemplo, o aumento da oferta de emprego, a imagem de pai dos pobres e o crescente processo de industrialização. No governo de Getúlio Vargas, surgem as indústrias e a vontade de expandir a produtividade brasileira. Nesse período de governo, seu objetivo

passa a ser a exportação, pois o Brasil era rico em minerais, o que ajudou a fundar algumas empresas para a exploração de minérios.

## 4 CONCLUSÃO

Conforme discutimos e analisamos ao longo desta pesquisa, o livro didático é apresentado apenas como material de apoio em boa parte das escolas nacionais e, para que esse material possa estar presente nas salas de aulas para a sua devida utilização, é necessário que se realize todo um processo de seleção do material didático. Para entendermos esse processo, foi necessário apresentar como diferentes agentes interagem no processo de escolha e distribuição do livro didático tais como Ministério da Educação (MEC), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Contudo, podemos observar a importância do livro didático como agente na mediação do conhecimento, não descartando os demais métodos de ensino-aprendizagem, tais como audiovisuais, jornais, revistas e mídia tecnológica. A preocupação com o ensino de cada educando se faz presente, pois educadores podem interpretar o material didático ou o livro escolar como única fonte de pesquisa, ignorando, na maioria das vezes, que o livro também está suscetível a erros de informação.

Pelo fato de o livro didático ser um artefato cultural, um instrumento amplamente utilizado nas salas de aula e em diversas escolas, o mesmo merece uma análise mais minuciosa sobre esta ausência, a fim de facilitar a compreensão dos educandos sobre os respectivos assuntos abordados em cada capítulo.

É importante que as educadoras e educadores compreendam o livro didático e visualizem seus eventuais problemas e, além disso, que o entendam como um dos principais elos entre educador, conteúdo, conhecimento e educando, lembrando que o livro didático muitas vezes é tratado pelas redes educacionais como uma mercadoria, que possui valor de compra e que é produzido por empresas que, antes de se preocuparem com questões pedagógicas, visam estabelecer um determinado lucro.

Esta pesquisa, além de contribuir para a melhor compreensão do processo percorrido do livro didático até as salas de aula, visa também destacar como o livro didático possui falhas e como devemos trabalhar com um olhar minucioso para o material.

Podemos identificar também neste trabalho como é desenvolvido o discurso referente à Era Vargas, entendida como um período memorável na história da República, no qual seu presidente, Getúlio Vargas, ora é abordado como ditador e ora como pai dos pobres e protetor da nação, a discussão realizada em torno de Vargas pode ser considerada um discurso vago, no que se refere ao material disponibilizado para trabalhar em sala de aula. Para termos

bons resultados no processo ensino-aprendizagem, devemos, enquanto educadores, saber interpretar o livro didático disponibilizado pela rede de ensino, pois, o material é de extrema importância para o processo ensino-aprendizagem.

Ao realizar a análise dos livros didáticos selecionados para este trabalho, podemos destacar que o educador deve sempre estar atento ao conteúdo oferecido nos livros escolares, pois os mesmos podem oferecer informações erradas, e cabe ao educador saber identificar os “erros” presentes nos materiais, podendo elaborar críticas referentes ao conteúdo que está sendo apresentado em cada capítulo do material.

Os materiais analisados por esta pesquisa abordam diferentes temas em seus capítulos, mas aqui destacamos o período Vargas devido ao seu longo período de governo e também em virtude das polêmicas atitudes de Getúlio Vargas enquanto presidente, pois, mesmo passados mais de 50 anos de seu governo, Vargas ainda está presente em nossas discussões políticas, mesmo que muitas vezes liguemos sua imagem a um governo ditatorial, ainda assim, Getúlio Vargas é considerado o pai dos pobres.

Pode-se dizer que Vargas foi um governante dualista, ditador, mas, mesmo assim, seus discursos diante à população trabalhadora ganham força, e é necessário que o educador realize uma boa interpretação ao trabalhar a Era Vargas: Estado Novo, pois podemos encontrar inúmeros erros de informações, pois esse é um dos capítulos mais polêmicos e controversos, devido às diferentes opiniões estabelecidas a respeito de seu governo.

## REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá: história / organizadora** Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Maria Raquel Apolinário. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar história: das origens do homem à era digital**. 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2011.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2015
- \_\_\_\_\_. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2015
- \_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2015
- CORRÊA, Teixeira Lídia Rosa. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. Caderno Cedes, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.
- FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.
- FERNANDES, Antonia Terra de Calanzas. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 03, p. 531-545, set/dez, 2004
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Vargas para todos os gostos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 6 ago. 2008. Disponível em: <[www.revistadehistoria.com.br](http://www.revistadehistoria.com.br)>. Acesso em 02 nov. 2015
- FRISON, Marli Dallagnol. Et al. Livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de ciências da natureza. **Encontro Nacional de Pesquisas em Educação e Ciências**. Florianópolis, novembro de 2009.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior**. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99.
- LAJOLO, Marisa. **Livro Didático: um (quase) manual de usuário**. Brasília, ano 16, n. 69, jan/mar. 1996.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **Perspectiva história**. 2.e.d – São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil – Uma Interpretação**. São Paulo: Senac, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, João Paulo Teixeira. **A eficiência e/ou eficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem**. Disponível em <[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT4/GT4\\_Comunicacao/JoaoPauloTeixeiraOliveira\\_GT4\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT4/GT4_Comunicacao/JoaoPauloTeixeiraOliveira_GT4_integral.pdf)>. Acesso em 27 ago. 2015.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. **Jornada.hist – História**. 9 ano, 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber história**. 9º ano, 2 ed. – São Paulo: FTD, 2012.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático: alcances e limites**. Disponível em <<http://WWW.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas-redondas/mr19-Mauro.doc>>. Acesso em 19 ago. 2015.

SILVA, Hélio. **A Ameça Vermelha: o Plano Cohen**. Porto Alegre, L&PM, 1980.

STRUJAK, Ana Paula; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Desfiles escolares e a legitimação do poder em Irati. In: **Anais do IX Seminário nacional de estudos e pesquisas em “história, sociedade e educação no Brasil”**. João Pessoa: UFPB, 2012.

VESENTINI, José Wiliam. **A questão dos livros didáticos no ensino de Geografia**. Novos caminhos da Geografia in Caminhos da Geografia. Ana Fani Alessandri Carlos (organizadora). 5.ed., 1 reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008.